

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

PROJETO DE LEI Nº 4.390, DE 2016

Estabelece a proibição de porte e comercialização de qualquer tipo de equipamento com capacidade de produzir eletrochoques e dá providências correlatas.

Autor: Deputado MARCUS VICENTE

Relator: Deputado COVATTI FILHO

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que estabelece a proibição de porte e comercialização de qualquer tipo de equipamento com capacidade de produzir eletrochoques.

A proibição de que trata o projeto vale para o porte ou a comercialização dos equipamentos supracitados, sob qualquer forma, sem autorização, exceção feita para as pessoas autorizadas pela Polícia Federal.

A fiscalização do disposto no projeto dar-se-á pelos órgãos de segurança pública federais, dos Estados e do Distrito Federal e a infração aos seus dispositivos, sem prejuízo de outras sanções, implicará imposição de multa de R\$ 100,00 por equipamento comercializado ou portado de forma irregular, a qual será reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Justifica o ilustre Autor que o presente projeto de lei “*tem por objetivo regular uma prática que está se tornando comum, notadamente, por parte de vendedores ambulantes, conforme amplamente noticiado pela*

imprensa brasileira, colocando em risco a segurança do cidadão, além de configurar notória prática dissimulada de porte ilegal de um tipo de arma, que pode se tornar letal”.

A matéria foi distribuída às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinária.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – VOTO DO RELATOR

Cabe à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, proferir parecer sobre o mérito econômico da matéria em tela.

O presente projeto de lei tem o objetivo de proibir o porte e a comercialização de qualquer tipo de equipamento com capacidade de produzir eletrochoques. A matéria, apesar de ter sua justificativa calcada em argumentos de segurança pública, sob os quais será avaliada posteriormente, também possui impactos econômicos que merecem ser considerados.

Primeiramente, é preciso reconhecer que a comercialização não regulamentada de “tasers”, também conhecidas como armas de incapacitação neuromuscular, se dá principalmente pela via da importação, em um mercado crescente, mas incipiente, razão pela qual os impactos econômicos e sociais na economia doméstica de uma proibição serão reduzidos.

Além disso, trata-se de um mercado cujos produtos apresentam risco à população a partir de um uso indiscriminado e não monitorado, o que justifica a intervenção do Poder Público e dos órgãos de controle competentes para regulamentar seu uso, comercialização e fiscalização.

Nesse sentido, nos parece bem-vinda a iniciativa do ilustre Autor quando equipara esses equipamentos, em razão do seu potencial de letalidade, especialmente quando mal aplicadas por pessoas sem o

treinamento e conhecimento adequados, a armas letais, submetendo sua utilização e comercialização ao controle dos órgãos de segurança pública.

Entendemos assim que estará preservado o acesso aos equipamentos, desde que devidamente autorizado, preservando a população dos riscos do seu uso indiscriminado, e com impactos econômicos desprezíveis diante dos ganhos coletivos de segurança.

Não obstante o reconhecido mérito do projeto, a determinação da proibição se refere genericamente a qualquer tipo de equipamento capaz de produzir eletrochoques. Esta definição ampla passa a englobar equipamentos não destinados à contenção humana, com baixa voltagem, com uso inteiramente diferente daquele que se quer regulamentar, qual seja o que seja usado como arma de defesa ou ferramenta de contenção de conflitos. Tal é o caso das “raquetes” de mosquitos, equipamento utilizado para extermínio de insetos, de grande utilidade para a população, e que estaria atingido pela proibição.

Neste sentido, entendemos ser adequada a apresentação de modificação que possa especificar que a proibição é direcionada aos equipamentos capazes de produzir eletrochoque com finalidade de contenção humana, que produzam incapacitação neuromuscular.

Diante do exposto, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.390, de 2016, na forma do Substitutivo anexo.**

Sala da Comissão, em 25 de agosto de 2016.

Deputado COVATTI FILHO
Relator

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.390, DE 2016

Estabelece a proibição de porte e comercialização de qualquer tipo de equipamento com capacidade de produzir eletrochoques que causem incapacitação neuromuscular e dá providências correlatas.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º Esta lei estabelece a proibição de porte e comercialização de qualquer tipo de equipamento com capacidade de produzir eletrochoques que causem incapacitação neuromuscular.

Art. 2º São vedados o porte e a comercialização, sob qualquer forma, sem autorização, de equipamentos com capacidade de produzir eletrochoques que causem incapacitação neuromuscular, em todo o território nacional.

Parágrafo único. Excetuam-se da proibição do **caput** as pessoas autorizadas pela polícia federal.

Art. 3º A fiscalização do disposto no caput do art. 2º dar-se-á pelos órgãos de segurança pública federais, dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 4º A infração ao disposto nesta lei, sem prejuízo de outras sanções, implicará imposição de multa de R\$ 100,00 (cem reais) por equipamento comercializado ou portado de forma irregular, a qual será reajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 25 de agosto de 2016.

Deputado COVATTI FILHO